

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL "ENTRE VERDES – FASE 1"

ATA DE REUNIAO DE DIRETORIA

CONSOLIDAÇÃO DOS COMPROMISSOS AMBIENTAIS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL ENTRE VERDES.

DATA: 22 de OUTUBRO de 2014.

LOCAL: Rua Dr. Antonio Galizia, nº 181, cj. 11, Cambui, Campinas/SP, CEP: 13.04-510.

HORÁRIO: 14h30min (Quatorze horas e trinta minutos).

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação para a realização da presente reunião, uma vez que a todos os diretores estão presentes.

PRESENÇA: Presente a totalidade dos diretores, sendo eles: O Presidente, Geraldo Lopes Vieira Neto; o Vice-Presidente, Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero; o Diretor Financeiro, Luiz Fernando Gambaro; o Diretor Técnico, Renato Abud; e, o Diretor Social, Valdemar Gargantini Júnior. Além dos Diretores, compareceram à reunião a empresa TOSCANA DESENVOLVIMENTO URBANO S/A, representada por seu administrador, na qualidade de loteadora e integrante do Consorcio Entre Verdes, bem como, as empresas TROMBETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, representada por seu administrador, e TOSCANA DESENVOLVIMENTO URBANO S/A, representada por seu administrador, também participantes do Consócio Entre Verdes. Compareceu, também, como convidado, o Engenheiro Ambiental Alex Parise de Araújo.

MESA: ANDRE LEANDRO RODRIGUES (Presidente) e
PAULO EDUARDO DIAS BORGIO (Secretário)

ORDEM DO DIA: a) Analisar os programas, projetos e obrigações constantes do licenciamento ambiental relacionado ao Empreendimento denominado "Residencial Entre Verdes Campinas", que terão sua execução ao longo da operação do empreendimento; b) Deliberar sobre quais dos programas e/ou compromissos serão assumidos pela Associação; c) Deliberar sobre a informação de todos os associados sobre o teor das deliberações contidas na presente ata; d) demais assuntos de interesse da associação.

DELIBERAÇÃO: Reuniu-se a Diretoria da Associação dos Proprietários do Loteamento Residencial "Entre Verdes – Fase 1", nomeada para representar a Associação em sua administração provisória, prevista no artigo 56 do Estatuto Social, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, celebrada em 15 de janeiro de 2014, juntamente com os demais presentes acima indicados, para analisarem e decidirem sobre as providências que devem ser adotadas com referencia às obrigações constantes do licenciamento ambiental.

a) **DELIBERAÇÃO:** De inicio, o Engenheiro Ambiental, Sr. Alex Parise de Araújo, fez uma breve explanação sobre as obrigações e suas respectivas ações que precisam ser cumpridas na fase de operação do empreendimento, devendo ser executadas pela Associação de Proprietários, sendo eles:



1. Programa de Educação Ambiental, que deve ser implantado no início das edificações dos lotes, e deverá atender, como público alvo prioritário, os proprietários dos lotes e os profissionais envolvidos com as construções, conforme projeto a ser aprovado até o final das obras de infraestrutura, junto ao PCJ, para a emissão da Licença de Operação – LO. Este programa deve conter os módulos: Uso racional da água; drenagem urbana; paisagismo ecológico; moradia sustentável; resíduos domiciliares; doenças de veiculação hídrica; monitoramento e avaliação do cumprimento do programa de avaliação ambiental, além de um Programa de Controle de hospedeiros e vetores (carrapatos e mosquitos transmissores da dengue);
2. Monitoramento de Transportes de Sedimentos, que deverá ser executado por um período de 12 (doze) meses, após a emissão da Licença de Operação - LO, devendo ser coletadas, bimestralmente, amostras de água que deverão ser encaminhadas para análise laboratorial, analisando os seguintes parâmetros: temperatura da água; pH; oxigênio dissolvido; amônia; nitrogênio; resíduo total; turbidez, coliformes fecais e medição de acúmulo de sedimentos arenosos, sendo que deverão ser apresentados relatórios semestrais junto a CETESB;
3. Programa de Monitoramento Geotécnico e de Monitoramento de Processos Erosivos, que deverá ter início após a emissão da Licença de Operação - LO, onde deverão ser realizadas vistorias mensais, devendo ser apresentados relatórios semestrais junto a CETESB. Esse programa deverá observar o prazo de monitoramento proposto e aprovado junto a CETESB.
4. Programa de Monitoramento de Fauna, onde devem ser realizadas amostragens anuais e campanhas de campo quinzenais, a cada estação do ano, ao longo dos 04(quatro) anos previstos para a implantação das obras de infraestrutura (até a obtenção da Licença de Operação - LO), apresentando-se relatórios semestrais junto a CETESB;
5. Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, que deverá ser executado durante o período de obras de infraestrutura (até a obtenção Licença de Operação - LO), devendo ser coletadas, semestralmente, amostras de água nos pontos determinados e encaminhadas para análise laboratorial, observando os parâmetros estabelecidos no Artigo 5º da Resolução CONAMA 20 de 18/06/1986, apresentando-se relatórios semestrais junto a CETESB;
6. Programa de Monitoramento de Vazões, que deverá ser executado durante o período de obras de infraestrutura (até a obtenção da Licença de Operação - LO), onde devem ser realizadas medições bimestrais de seções de controle junto ao desague das drenagens, em 05 (cinco pontos) determinados, apresentando-se relatórios semestrais junto a CETESB;
7. Compromisso referente à manutenção da cobertura vegetal nos lotes, firmado com seus proprietários;
8. Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares, que deverá ser executado durante um período de 04 (quatro) anos, contados do início da operação (obtenção da Licença de Operação - LO), apresentando-se relatórios anuais junto a CETESB;



9. Regulamento Interno que contemple normas específicas quanto à proteção ambiental e penalidades aplicáveis em caso de infração, onde tais normas tem que abordar: o disciplinamento das atividades de obra no que se refere à prevenção de processos erosivos; utilização de áreas de empréstimos/bota fora; disposição final de resíduos da construção civil; preservação dos recursos hídricos, de vegetação e fauna, garantia de manutenção dos índices de permeabilidade sob responsabilidade dos moradores (lotes e passeios) indicando os parâmetros de cálculo, as restrições de uso e ocupação dessas áreas e padrões de projetos se for o caso, a obrigatoriedade de segregação de resíduos sólidos domiciliares para coleta seletiva e respectivas orientações. O disciplinamento do uso das áreas verdes do loteamento de modo a garantir o cumprimento de suas funções ambientais nos termos da legislação vigente; e,

10. Plano de Ação de Emergência contemplando a evacuação do loteamento, que deverá ser elaborado, devendo integrar-se aos planos de emergência e comunicação de riscos da TRANSPETRO e da TBG, de modo a proporcionar uma atuação conjunta em eventuais situações de risco.

a.1) Fica consignado que todos os programas e projetos acima elencados poderão sofrer alterações/adequações no que concerne a sua forma, prazo de entrega, prazo de execução e outras modificações que possam vir a ser solicitadas pelos órgãos ambientais.

a.2) Consigna-se, ainda, que os programas e projetos citados na presente ata serão elaborados e, na medida do necessário, aprovados junto aos órgãos ambientais, sendo que, em momento oportuno, serão entregues pelo empreendedor a Associação que se compromete a dar continuidade nos compromissos firmados na forma exigida pelo órgãos ambientais competentes.

b) Ficou deliberado entre os presentes, o quanto segue:

b.1) Com relação ao Programa de Educação Ambiental, será criada, pela diretoria da administração provisória da Associação, em reunião futura, uma Comissão de Meio Ambiente, formada por membros indicados pela diretoria, a quem incumbirá o acompanhamento dos projetos/programas que serão confeccionados e aprovados juntos aos órgãos ambientais pelo empreendedor.

b.2) Quanto à execução dos projetos, os que se findarem no período da implantação serão realizados pelo empreendedor, sempre com a ciente e acompanhamento da Associação e, os que precisam ser executados após a entrega do empreendimento aos proprietários de lotes serão assumidos pela Associação.

c) Fica também deliberado pela Associação que a presente ata será registrada junto ao Cartório respectivo, sendo que, após seu registro, uma cópia da mesma será encaminhada aos associados, que, conforme estabelecido no Termo de Inscrição e Compromisso, deverão cumprir o que nela foi estabelecido.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Assembléia, sendo lavrada a presente ata que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada.



IAO - VAMPRE
IDE OLIVEIRA SILVA
ITE AUTORIZADA
ILO - CAPITAL

ASSINATURAS:

ANDRÉ LEANDRO RODRIGUES
PRESIDENTE

PAULO EDUARDO DIAS BORG
SECRETÁRIO

Presentes:

GERALDO LOPES VIEIRA NETO
Presidente

FERNANDO EDUARDO MONTEIRO DE CARVALHO GARNERO
Vice-Presidente

LUIZ FERNANDO GAMBARO
Diretor Financeiro

RENATO ABUD
Diretor Técnico

VALDEMAR GARGANTINI JÚNIOR
Diretor Social

TOSCANA DESENVOLVIMENTO URBANO S/A
Marcelo Justa Ismael Spada

TROMBETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

THCM ENTRE VERDES CAMPINAS SPE LTDA
Por Clovis Lapastina Camargo e Lourenço José Thomasi

Advogado:

Paulo Eduardo Dias Borgo
OAB/SP nº 186.591

2º TABELÃO DE
NOTAS DE CAMPINAS

1º RCPJ CAMPINAS
REGISTRO Nº 50.418

14º Tabelião de Notas de São Paulo
Rua Antônio Bricudo, 64 | Pinheiros | CEP: 05418-010 | São Paulo
Fone: (11) 3065.4500 | Fax: (11) 3088.0292 | www.vampre.com.br

Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):
MARCELO JUSTA, ISMAEL SPADA, FERNANDO EDUARDO MONTEIRO DE CARVALHO
GARNERO*****

São Paulo, 07 de Novembro de 2014. C.Ség: 32920348. 12722158h

R\$20,40 SEL0(S) 1047AB272238 1047AB34888
Válido somente com o selo de autenticidade

14º TABELÃO - VAMPRE
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA

FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
1047AB034888

14º TABELÃO - VAMPRE
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA

FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
1047AB272238

0921AA072731
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1

0921AA072727
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1

0921AA072728
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1

0921AA072729
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1

0921AA072730
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Orivaldo João Bordin - Oficial Designado
Rua Victor Meireles, 481 - Centro - CEP 13670-970 - Fone/Fax (19) 3582-6375 - São Rita do Passa Quatro - SP

Reconheço, por Semelhança as firmas de: ANDRÉ LEANDRO RODRIGUES, LOURENÇO JOSÉ THOMASI, CLOVIS LARSTINA CAMARGO e PAULO EDUARDO DIAS BORG, em documentos com valor econômico de R\$ 20,40.

São Rita do Passa Quatro, 03 de janeiro de 2015.
Em teste da verdade.

WAVY & CUI ETIANE BORDIN ALcantarilha Escrevente

*VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEMELHANÇA E/OU HASURA

ROSS
JURIDICO